

SABERES CERAMISTAS E PAISAGEM CULTURAL

O barro como expressão de práticas tradicionais no território mogiano

*CERAMIC KNOWLEDGE AND CULTURAL LANDSCAPE
Clay as an expression of traditional practices
in the mogiano territory*

Keila Galon¹ e Jane Victal²

Resumo

O artigo investiga a relação entre paisagem cultural e a formação de modos de ser, técnicas construtivas, práticas e saberes tradicionais, considerando os recursos naturais no território. Observa-se a persistência de práticas de manuseio do barro no Vale do rio Mogi Guaçu, região marcada por vestígios de comunidades ceramistas cujas tradições estão entrelaçadas à paisagem fluvial. Apesar da continuidade do uso da argila como matéria-prima por mais de 1.500 anos, as descontinuidades também são visíveis: técnicas indígenas, produção artesanal e processos industriais dos períodos pré-moderno e moderno coexistem. Com base em revisão bibliográfica, investigação etnográfica e análise de artefatos e documentos históricos, a pesquisa busca compreender como a paisagem e suas propriedades biofísicas sustentam a persistência cultural frente às transformações provocadas pela industrialização da cerâmica. Dada a relevância desses saberes para a identidade, a memória coletiva e a coesão social, os resultados indicam que sua valorização pode fortalecer os laços comunitários e impulsionar a revitalização cultural e territorial. Pretende-se contribuir com o debate em arquitetura e urbanismo a partir dos saberes tradicionais, oferecendo subsídios para ações voltadas à valorização das paisagens culturais, ao fortalecimento identitário e ao reconhecimento dos territórios tradicionais como espaços legítimos de produção de conhecimento.

Palavras-chave: paisagem cultural; saberes tradicionais; práticas de construção; modos de vida; interações com a natureza.

Abstract

The article investigates the relationship between cultural landscape and the formation of ways of being, building techniques, practices, and traditional knowledge, considering the natural resources present in the territory. It highlights the persistence of clay-handling practices in the Mogi Guaçu River Valley, a region marked by traces of ceramic communities whose traditions are intertwined with the riverine landscape. Despite the continued use of clay as a raw material for over 1,500 years, discontinuities are also evident: Indigenous techniques, artisanal production, and industrial processes from pre-modern and modern periods coexist. Based on a literature review, ethnographic investigation, and the analysis of artifacts and historical documents, the research seeks to understand how the landscape and its biophysical properties support cultural

persistence in the face of transformations brought by the industrialization of ceramics. Given the relevance of this knowledge to identity, collective memory, and social cohesion, the findings suggest that its recognition and appreciation can strengthen community bonds and foster cultural and territorial revitalization. The study aims to contribute to the field of architecture and urbanism through traditional knowledge, offering support for actions aimed at valuing cultural landscapes, strengthening identity, and recognizing traditional territories as legitimate spaces for knowledge production.

Keywords: cultural landscape; traditional knowledge; building practices; ways of life; interactions with nature.

Introdução³

A cerâmica tradicional do Vale do rio Mogi Guaçu constitui uma expressão dos saberes tradicionais profundamente enraizados na paisagem cultural da região. Este trabalho investiga a relação entre paisagem cultural e a formação de modos de ser, práticas, saberes e técnicas, considerando a oferta de recursos naturais no município que tomou emprestado o nome desse rio, o Mogi Guaçu. Ao longo de mais de 1.500 anos, práticas associadas ao manuseio do barro moldaram modos de vida, formas de habitar e sistemas simbólicos conectados à geografia fluvial e aos recursos naturais disponíveis nos fundos de vale. No entanto, a permanência desses saberes é atravessada por rupturas históricas provocadas pela colonização, urbanização e industrialização, chegando ao final do século XX que foi marcado pelo desmonte do setor ceramista industrial. A despeito dessas descontinuidades, vestígios materiais e imateriais indicam a persistência de vínculos entre a paisagem, a memória coletiva e as técnicas tradicionais, o que levanta a necessidade de investigar como tais práticas resistem, se transformam e ainda informam os modos de ser e habitar no território.

A presença abundante de argila na região possibilitou que diferentes comunidades tradicionais interferissem no ambiente natural, deixando impressas na paisagem suas marcas culturais. Ao adaptar o território às suas formas de vida, esses grupos produziram uma cultura material e imaterial profundamente enraizada. Os registros deixados por essas práticas constituem importantes vestígios arqueológicos, analisados por pesquisadores como Pallestrini (1981/82) e Moraes (1995). Compreender a paisagem cultural mogiana, portanto, é também investigar os sistemas simbólicos, os imaginários sociais e as formas de organização que moldaram essa paisagem ao longo do tempo. As antigas ocupações indígenas na região, associadas aos povos Caiapó que habitavam o território antes da colonização europeia (Neme, 1969), são testemunhos concretos de uma tradição ceramista ancestral, revelando a profundidade da herança indígena ainda presente na memória e na cultura locais.

Ancorada na fenomenologia do lugar, sobretudo nos aportes de Yi-Fu Tuan (2012; 2013) e Norberg-Schulz (2000), a abordagem considera a paisagem como construção simbólica e o território como espaço existencial, em que práticas como a cerâmica operam como linguagem, memória e resistência. A contribuição do trabalho reside em integrar essa abordagem à reflexão crítica no campo da arquitetura e do urbanismo, destacando a importância de reconhecer os territórios e técnicas tradicionais como sendo legítimos de produção de conhecimento.

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Doutoranda em Arquitetura pelo mesmo Programa (PUC-Campinas).

² Doutora pela FAU da Universidade de São Paulo (USP), Pós-doutora pela Kings College de Londres, Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

³ Este trabalho foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001, modalidade de bolsa CAPES Doutorado – Modalidade II.

Como aporte metodológico, esta investigação recorre à revisão bibliográfica, à análise de artefatos e documentos históricos, à observação etnográfica e pesquisa de campo na região de Mogi Guaçu, com o objetivo de mapear permanências e transformações nas técnicas e nos sentidos atribuídos ao barro como substância simbólica. O trabalho apresenta uma descrição historiográfica e sociológica do local, mas também investiga um fenômeno à medida que este se revela ao longo da pesquisa, como um processo contínuo de construção cultural que compõe o ambiente construído e o transforma. Para tanto, adota-se a abordagem proposta por Bernard Lepetit (2001), que privilegia um amplo arco temporal, fundamental para o entendimento das múltiplas camadas históricas que conformam a paisagem cultural do Vale do rio Mogi Guaçu.

Esse percurso inclui, inicialmente, o período pré-colonial, marcado pela presença dos povos indígenas, especialmente os Caiapó, cuja relação com o barro deu origem a tradições ceramistas ancestrais. Em seguida, a colonização e a formação dos núcleos urbanos introduzem novas dinâmicas de apropriação do território, articuladas com práticas rurais e modos de vida caipiras. Na década de 1990, observa-se o surgimento das olarias, e o consequente processo da industrialização cerâmica no século XX, com a consolidação de fábricas que transformaram profundamente a paisagem e os modos de produção. Por fim, o declínio do setor, a partir dos anos 2000, desencadeia processos de esvaziamento produtivo e de apagamento de saberes tradicionais. O constante retorno a esses contextos permite compreender a paisagem como construção plural e multifacetada, na qual se entrelaçam permanências, transitoriedades e resistências que moldam a constituição do território mogiano.

A interação entre essa paisagem natural e a ação humana sobre ela a transforma em um vasto “depósito de signos”, construindo o território como o palimpsesto citado por Bernardo Secchi (2006). Esses signos revelam culturas anteriores que ainda se fazem presentes na paisagem, desenhada por gerações que a escreveram, apagaram e ressignificaram ao longo do tempo (Secchi, 2006; Cervini, 2020). Nessa perspectiva, a cerâmica mogiana é lida como prática cultural que incorpora uma longa trajetória de saberes indígenas, afrodescendentes e caipiras, posteriormente apropriados e transformados pela industrialização.

A cerâmica popular paulista, como mostram os estudos de Scheuer (1960), configura um saber técnico transmitido por gerações de famílias rurais, cujas práticas mantiveram coerência formal e simbólica mesmo diante da crescente industrialização. Utilizavam ferramentas rudimentares e técnicas ancestrais para modelar utensílios profundamente integrados ao cotidiano e à geografia do território. A produção era sustentada por tradições indígenas e africanas, revelando vínculos entre cultura material, identidade e paisagem. Scheuer ainda observa semelhanças entre ornamentos cerâmicos contemporâneos e fragmentos arqueológicos, sugerindo uma continuidade simbólica que atravessa séculos e compõe um palimpsesto de saberes vernaculares. Constitui um saber técnico vinculado diretamente aos recursos naturais e ao ambiente imediato. Essa ligação entre técnica e território permite compreender o barro como substância simbólica, integrando o fazer ao habitar.

A transmissão de saberes, como as técnicas cerâmicas, representa um elo entre a identidade cultural e a manutenção das tradições (Araujo, 1973). A etnografia sobre os povos indígenas do Brasil, especialmente o estudo dos saberes tradicionais realizados por Diegues (1999), oferece uma base sólida para compreender como práticas como a cerâmica se entrelaçam com a identidade e a territorialidade das comunidades. O estudo de Diegues (1993), em relação aos saberes tradicionais e sua conexão com a biodiversidade, pode ser aplicado ao estudo da cerâmica como patrimônio imaterial, cujas técnicas estão profundamente ligadas aos elementos naturais. A recuperação desses saberes pode representar o fortalecimento da identidade local e a promoção

da coesão social.

A industrialização da cerâmica no Vale do rio Mogi Guaçu, consolidada ao longo do século XX, representou o ressurgimento do uso da argila como material, agora marcado por processos industriais que sobrepuseram a continuidade técnica dos saberes tradicionais. O desmonte das unidades fabris a partir dos anos 2000, contudo, gerou uma ruptura na cadeia produtiva, provocando o enfraquecimento dos vínculos entre comunidade, território e paisagem cultural. Tal processo de descontinuidade, como apontam Halbwachs (1990) e Cervini (2020), compromete a memória coletiva e impacta diretamente a identidade local.

Estudos como os de Assumpção (2008) e Cordova (2018) destacam formas de resistência e adaptabilidade às transformações urbanas, investigando como as comunidades se relacionam com seus territórios. Quando Cordova investiga a presença da cultura caipira no interior paulista, por exemplo, demonstra como elementos históricos, culturais e construtivos, próprios da arquitetura vernacular, são preservados e ressignificados, mesmo diante dos processos de urbanização e transformação do território.

O artigo parte da hipótese de que os saberes tradicionais associados ao manuseio do barro constituem uma base epistêmica legítima, capaz de orientar processos de reapropriação territorial e valorização cultural. Ao reconhecer o barro como substância simbólica e operativa, defende-se sua centralidade na construção de lugares significativos e na sustentação de uma paisagem plural, marcada pela coexistência de camadas históricas, identidades e cosmologias. Assim, a cerâmica é entendida não apenas como técnica de produção, mas como prática de existência e construção de mundo.

O barro como herança cultural e sua relação com a paisagem

Para compreender a formação da identidade cultural e a prática ceramista em Mogi Guaçu, é fundamental reconhecer a relação profunda entre o sujeito e o território, especialmente no que tange à interação com os elementos naturais que configuram a paisagem local. Essa conexão manifesta-se de forma intrínseca no vínculo com o rio Mogi Guaçu e o barro que permeia o solo da região. O rio, enquanto fonte primordial de vida e matéria-prima, estrutura a experiência humana e cultural que se desenvolve no território, enquanto o barro, elemento natural e simbólico, constitui o suporte material para a expressão das práticas cerâmicas tradicionais. Dessa forma, o território transcende seu caráter puramente geográfico, tornando-se um espaço vivido e sentido, onde memórias, saberes e identidades se entrelaçam e se expressam a partir da materialidade do lugar.

Essa perspectiva ganha respaldo nas descobertas arqueológicas realizadas no município, que apontam para uma ocupação humana significativa e contínua ao longo do tempo. Conforme destaca Galon (2024), Mogi Guaçu é reconhecido na arqueologia pré-histórica brasileira por seus sítios de relevância, estudados por pesquisadores como Pallestrini (1981-82) e Morais (1992-94). Esses estudos revelaram vestígios de estruturas habitacionais, funerárias e artefatos cerâmicos confeccionados pelos índios Caiapó, indicando uma ancestralidade que fortalece a compreensão da cerâmica como expressão material de uma relação viva entre sujeito, o rio e o barro. A datação por Carbono 14, realizada no Instituto de Geociências da USP, indicou aproximadamente



Figura 1 - Paisagem das redondezas do Sítio Franco de Godoy. Observa-se o Rio Mogi Guaçu ao fundo, muito próximo de onde ocorriam as escavações. Fonte: MAE/USP - imagem cedida por José Luiz de Moraes. Data do registro: 1980.

1.550 a. p.⁴, tornando-o relevante para o estudo da ocupação ceramista no interior de São Paulo (Moraes, 2007).

O sítio de maior destaque, situado no local de surgimento do primeiro povoado mogiano, em Cachoeira de Cima, contava com aproximadamente 10 mil metros quadrados de área estudada, e foi encontrado em 1979, na ocasião da construção da casa do morador que deu o nome ao sítio – Franco de Godoy. Três das urnas encontradas revelaram restos esqueléticos correspondentes a um adulto, um adulto jovem e uma criança (Moraes, 2007).

Quando Moraes (1992-94) retomou o trabalho arqueológico na região, ampliou a rede de pesquisas e reconheceu mais cinco sítios cerâmicos no município de Mogi Guaçu, sendo: Franco de Campos, Barragem, Ponte Preta e Jardim Igaçaba – “sítios cerâmicos pré-coloniais” (Moraes, 2007, p.44). A frequência e a diversidade dos artefatos encontrados sugerem que os habitantes locais eram hábeis ceramistas, altamente ativos. Como em qualquer técnica artesanal, considerando tamanho e características formais, a manufatura desses objetos exigia um conjunto de conhecimentos especializados que incluía, desde a seleção do barro adequado, extraído do leito do rio Mogi Guaçu — aspecto determinante para a qualidade do produto — até o domínio das técnicas de queima, fundamentais para garantir o cozimento do barro cru (Moraes, 2007).

Os objetos encontrados nos sítios, como aponta Moraes (2007), demonstram a sua importância simbólica, considerando a função de sepultamento e a persistência dessa prática ritualística, além do uso para lidas cotidianas. Seus atributos particulares estão associados aos estilos regionais, fenômenos de interação cultural e expressão de relações sociais e políticas. Após a investigação minuciosa de cada peça, a autora apresenta a distribuição de suas funções presumidas, sendo: 3 vasilhas pequenas para servir de uso individual; 6 vasilhas de tamanho médio, grande e extragrande para servir; 4 vasilhas para serviço e processamento. Nesse caso, os contornos indicaram tigelas fundas que também seriam aptas às atividades de cocção; 2 vasilhas médias

4 A datação por carbono-14 é um método radiométrico que determina a idade de materiais orgânicos pelo decaimento do isótopo ¹⁴C, amplamente utilizado na arqueologia. Criado por Willard Libby na década de 1940, o método permitiu estimar com precisão a cronologia de ocupações humanas. A sigla a. p. (Antes do Presente) é uma convenção usada em arqueologia e geologia para indicar datas contadas a partir do ano-padrão de 1950.

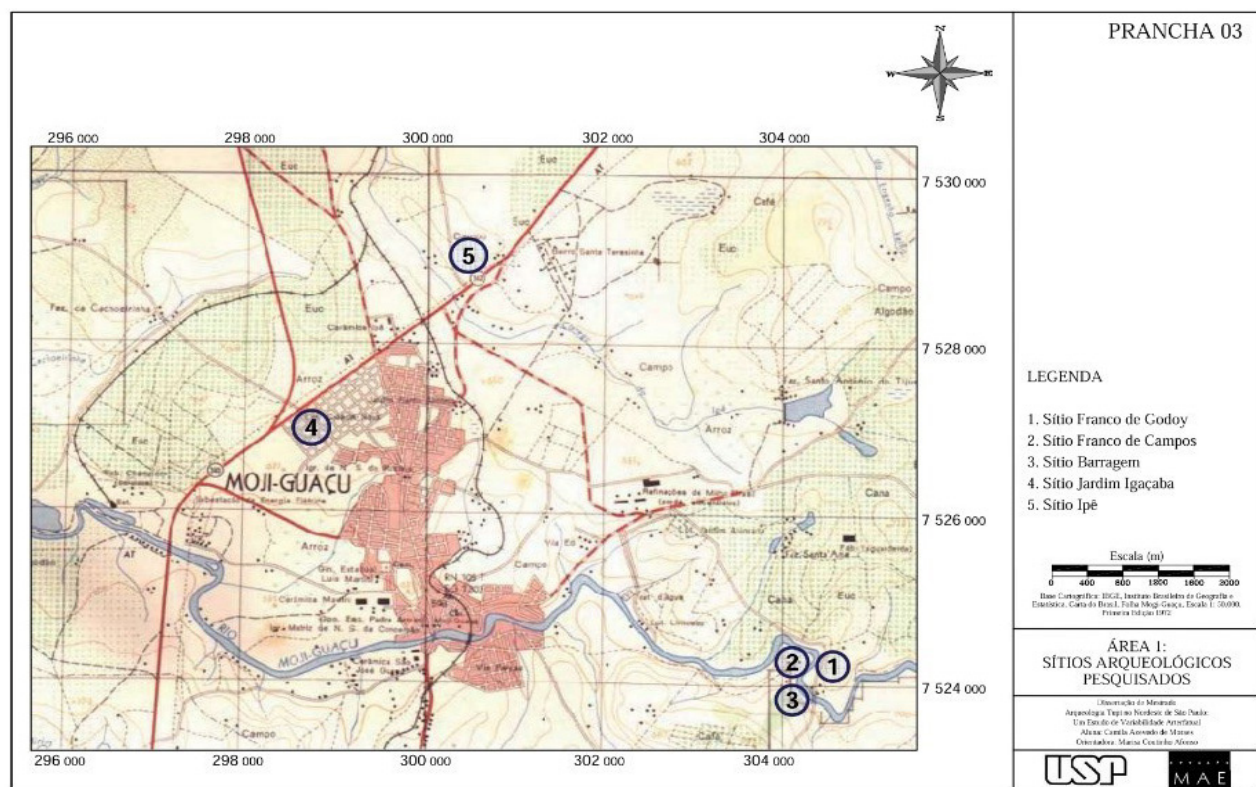
para armazenamento e cocção; e 2 vasilhas para armazenamento e fermentação, as quais apresentavam marcas abrasivas associadas à fermentação de líquidos e foram reutilizadas em contextos funerários (Moraes, 2007).

Os fragmentos encontrados *in loco* revelam a riqueza das práticas ceramistas da região, e refletem a complexidade das interações sociais e culturais que moldaram o espaço ao longo do tempo. Esses artefatos fornecem pistas sobre os modos de vida, as tradições e as práticas cotidianas das comunidades que habitaram a área no período pré-colonial. As prospecções detalhadas realizadas nas pesquisas arqueológicas evidenciam a vasta dispersão desses vestígios, indicando que Mogi Guaçu era um importante centro de produção e troca, onde as técnicas cerâmicas eram parte integrante da vida social.

As antigas ocupações indígenas no território de Mogi Guaçu estão frequentemente associadas aos povos historicamente denominados Caiapó, cuja presença é registrada em documentos coloniais a partir do século XVIII. Embora o uso do termo nem sempre corresponda a uma autodenominação precisa, há consenso entre pesquisadores de que tais grupos pertenciam ao ramo meridional da família linguística Jê, vinculada ao tronco Macro-Jê, uma das matrizes mais antigas e amplas das línguas indígenas das terras baixas sul-americanas (Urban, 1992; Rodrigues, 2000). Esses povos ocupavam amplas faixas do Brasil Central e do Sudeste, incluindo o planalto paulista, antes de serem gradualmente deslocados, assimilados ou exterminados durante o processo de colonização luso-brasileira.

Embora pouco se saiba sobre a trajetória desse povo às margens do Rio Mogi Guaçu, os dados coletados por Mário Neme (1969) indicam que mantinham uma relação significativa com esse território. Expedições dos colonizadores aos sertões da Paulistânia — áreas que abrangiam o Mato Grosso e Goiás — apontaram que essa era conhecida como a “região dos bilreiros ou caiapós”. A presença das tribos era abundante ao longo da estrada para Goiás, estendendo-se por mais de 200 léguas, desde o Rio Uruçanga até Vila Boa. O Rio Uruçanga, atualmente chamado Orissanga, é um afluente direto do Mogi Guaçu, situado pouco acima da cidade homônima. Nesse mesmo período, cartas do Morgado de Mateus registram que os Caiapó causavam distúrbios “na navegação do Cuiabá, desde Avanhandava até o Rio Pardo”, além de afetarem as “Campanhas do Mogi Guaçu” (Neme, 1969, p. 109).

Figura 2 - Achados do sítio Franco de Godoy - Urnas coletadas quando o sr. José Edson Franco de Godoy fazia as fundações de sua casa, em 1979. Fonte: Moraes, 2007. Figura 3 - Achados do sítio Franco de Godoy - Vasilha pequena corrugada. Fonte: Moraes, 2007.



A permanência prolongada dos Caiapó nas terras do Norte e do Noroeste do atual estado de São Paulo resultou na acumulação de experiência e conhecimento detalhado sobre o território — incluindo os caminhos, a vegetação densa, os locais de caça, além das reservas de mel, frutos e raízes comestíveis. Tal expertise territorial explicaria as incursões dos Caiapó por essa vasta região até o final do século XIX. Conforme Neme (1969), diversas testemunhas relataram a presença desses habitantes nas áreas banhadas pelo baixo Tietê, Mogi Guaçu e Turvo. A forma serpenteada do rio e o vermelho dos fartos bancos de argila eram marcadores territoriais importantes para esses grupos, que deste ambiente extraíam seu sustento.

Particularmente nas comunidades indígenas, cujas trajetórias históricas foram fortemente impactadas pela perda de seus territórios ancestrais e pela limitação do acesso à terra, consolidou-se uma forma de relação com o espaço marcada por uma cultura territorial densa e profundamente vinculada ao ambiente. Essa relação manifesta-se em um conjunto de conhecimentos associados às feições do ambiente natural, formando uma cosmovisão que determina os modos de ser e a maneira como os grupos humanos estruturam o habitat. Por sua vez, este se desdobra em diferentes escalas — do local ao macrorregional —, revelando uma compreensão complexa e integrada do território (Souza, 2016). Tais conhecimentos, acumulados e transmitidos intergeracionalmente, constituem as bases fundamentais para práticas sustentáveis e para a construção de alternativas econômicas que respeitam as especificidades culturais e ambientais de cada território.

Os artefatos dos sítios mogianos sugerem que as comunidades indígenas desenvolviam suas próprias técnicas, mas também se envolviam em redes de trocas com grupos vizinhos, contribuindo para a diversidade e evolução da cerâmica regional. Assim, essas antigas aldeias são testemunhos de uma tradição ancestral, tal como refletem a rica herança indígena que ainda permeia a história e a cultura da região, evidenciando a continuidade e a transformação das tradições ao longo do tempo.

Saberes e técnicas da cerâmica artesanal utilitária

A continuidade das tradições, adaptadas às novas realidades econômicas e sociais, reflete a resiliência cultural e a capacidade de transformação das comunidades locais. A

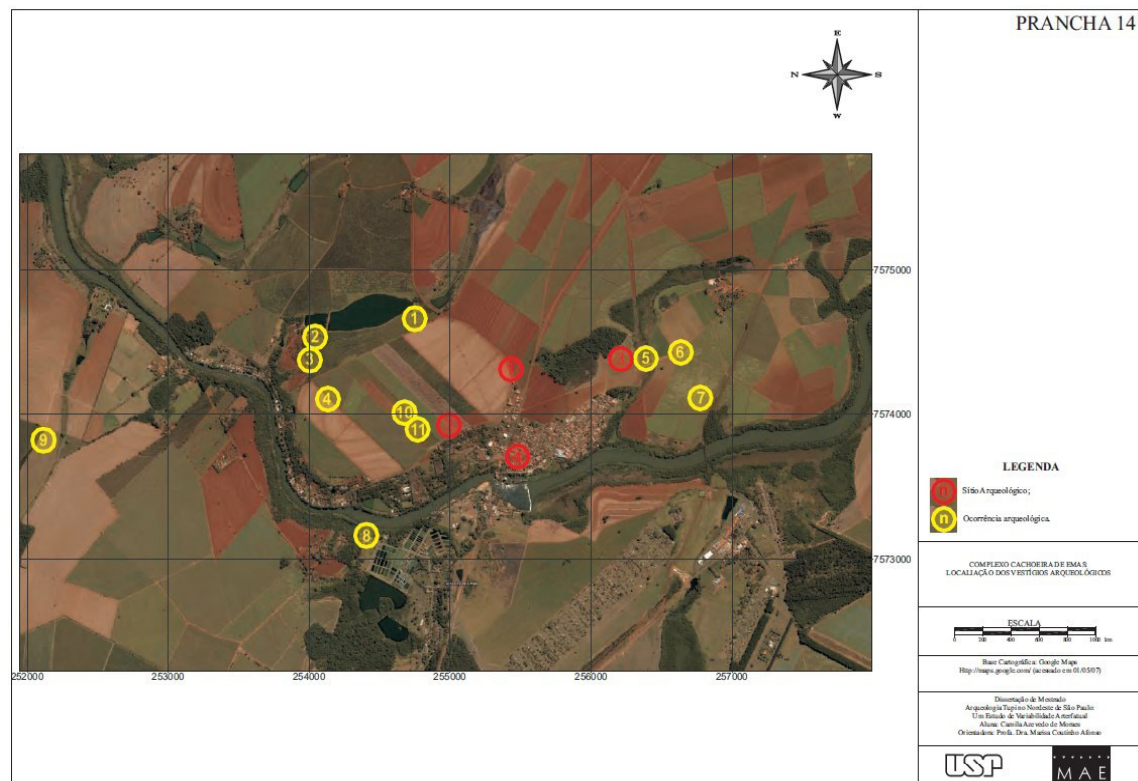


presença dos sítios destaca a importância da cerâmica como forma simbólica, produto utilitário e patrimônio cultural, além de constituir um veículo portador de identidade. Os lugares e seus fenômenos precisam ser compreendidos como campos de vivências e experiências, expressando a identidade de um povo (Schulz, 2000). Ao aplicar esses conceitos ao estudo das práticas cerâmicas indígenas por exemplo, é possível entender como a argila, apropriada como matéria prima, e o processo cerâmico, como prática, são uma linguagem de construção cultural, refletindo a interação do sujeito com seu ambiente e sua memória.

Estudos como os de Rodrigo Vitorino Assumpção (2008) e Vitor Sartori Cordova (2018) analisam como as comunidades se relacionam com o território, destacando formas de resistência e adaptação às transformações urbanas. Quando Cordova (2014) investiga a presença da cultura caipira no interior paulista, por exemplo, demonstra como elementos históricos, culturais e construtivos, próprios da arquitetura vernacular — incluindo técnicas aplicadas à cerâmica — são preservados e ressignificados, mesmo diante dos processos de urbanização e transformação do território, refletindo as relações culturais e sociais de um grupo social com seu território.

Entre a cerâmica indígena e os insumos da construção civil da era industrial, existe um repertório de produção de cerâmica utilitária doméstica que pode ser observada de forma recorrente em várias partes do Brasil. No caso do Estado de São Paulo, o estudo realizado por Herta Loel Scheuer na década de 1960, trouxe para o meio acadêmico um tema inicialmente considerado, na época, de pouco interesse científico devido ao seu caráter prosaico. Scheuer destaca a presença da cerâmica popular paulista como utensílios domésticos para conservar a água potável, mas também para diversos outros usos, como tigelas, pratos, panelas, etc.

Segundo os estudos de Scheuer, esses artefatos, que passaram a circular nas beiras de cidades quase simultaneamente ao surgimento dos núcleos urbanos tradicionais, foram gradualmente desaparecendo, embora ainda resistam, em menor quantidade, até os dias atuais. Predominantemente produzida por mulheres em famílias de poteiras, essa prática passou de geração em geração, recebendo influências do fazer indígena, das contribuições africanas e dos estilismos portugueses. Esses utensílios estavam presentes na maioria das moradias paulistas até a metade do século XX, quando foram progressivamente substituídos por objetos industrializados.



Outra vertente dos estudos sobre esses utensílios, no contexto da arqueologia do colonialismo, considera a continuidade desses artefatos desde o século XVI, quando a cerâmica Tupiniquim recebeu traços formais da cerâmica portuguesa no processo de adaptação ao uso doméstico caipira e urbano, o que se espalhou para outras partes do interior paulista. Posteriormente, segundo Noelli e Sallum (2019), a proliferação da cerâmica paulista “parece estar mais relacionada ao surgimento das redes regionais de abastecimento no processo de urbanização ocorrido no século XVIII e ao interesse comercial do mercado dos artesanatos da segunda metade do século XX” (Noelli, F.S., Sallum, M., 2019, p. 703).

Em relação à produção na região mogiana, não se pode afirmar, até o momento, a continuidade entre a produção de cerâmica indígena e a que se estabeleceu no final do século XIX com a chegada dos imigrantes italianos. Essa é uma lacuna de pesquisa que está sendo desenvolvida por Galon (2024), ao estudar o desenvolvimento cerâmico e a paisagem cultural na região. A relação que pode ser destacada, é o uso da mesma matéria-prima abundante encontrada in loco, como referência para os habitantes locais em diferentes períodos históricos. Sua plasticidade e consistência, necessárias para a moldagem, fizeram com que sua apropriação se desse como prática comum, destacando-se como parte da paisagem.

A transmissão de saberes, como as técnicas cerâmicas, representa um elo entre a identidade cultural e a manutenção das tradições (Araujo, 1973). A etnografia sobre os povos indígenas do Brasil, especialmente o estudo dos saberes tradicionais organizados por Diegues (1999), oferece uma base sólida para compreender como as práticas culturais indígenas, dentre elas a cerâmica, se entrelaçam com a identidade e a territorialidade das comunidades. O autor faz uma conexão com a questão da biodiversidade, considerando que as técnicas estão profundamente ligadas aos elementos naturais. A recuperação desses saberes é importante para o fortalecimento da identidade local e a promoção da coesão social.

Essas duas formas de produção, a indígena e a de produtos artesanais utilitários, foram empregadas utilizando técnicas distintas e com propósitos diversos. A primeira foi preservada como artefato mágico, posteriormente como manufatura voltada às lidas domésticas e trocas comerciais, enquanto a última se consolidou como uma estrutura econômica de caráter industrial destinado a construção civil. Para investigar a



manifestação cultural na paisagem, é necessário olhar retrospectivamente e reconstruí-la, analisando o impacto desse fenômeno no passado e compreendendo-o como base para o presente.

Nesse sentido, o surgimento das primeiras olarias na região representa um marco significativo, pois revela a transição entre as práticas artesanais tradicionais e a organização produtiva voltada para atender às demandas do desenvolvimento urbano e econômico local. Essas olarias não apenas impulsionaram a economia regional, mas também deixaram marcas profundas na configuração cultural e territorial, sinalizando uma nova etapa na relação entre sujeito, matéria-prima e paisagem.

Panorama das olarias no contexto pré-industrial

O aparecimento das primeiras olarias em Mogi Guaçu é delineado pelo trabalho de Galon (2024). A autora conta que o processo teve início no final do século XIX, de forma artesanal e descentralizada, como resposta à demanda crescente por materiais de construção no interior paulista⁵. Instaladas próximas aos afluentes do rio Mogi Guaçu, essas unidades utilizavam a argila abundante da região, reconhecida como taguá, e recorriam a fornos rústicos para a queima do barro. As técnicas empregadas derivavam de práticas vernaculares, muitas vezes mantidas por famílias de tradição caipira ou por trabalhadores que adaptavam antigos saberes ceramistas à produção de tijolos e telhas em pequena escala. Essas olarias compunham uma rede produtiva enraizada no território, contribuindo para a construção das primeiras edificações urbanas e rurais da cidade.

5 [...] a história da cerâmica em Mogi Guaçu começou a ser delineada com a chegada de um padre italiano ao município em 1890. Conhecido como "padre engenheiro" devido aos seus amplos conhecimentos técnicos na área da construção, o padre José Armani identificou a abundância de matéria-prima local e constatou suas propriedades adequadas para a produção de materiais cerâmicos. (Galon, 2024, p.82)

Figura 8 - O forno de barranco. Apiaí. Fonte: Scheuer, 1960. Figura 9 - Forno de barro encontrado pela autora em pesquisa de campo, no município de Mogi Guaçu. Fonte: Foto da autora, 2025.

Figuras 10 e 11 - Materiais da indústria cerâmica do século XX, a fim de comparação. À esquerda: Telhas de barro e pisos cerâmicos produzidos pelas Indústrias Cerâmicas de Mogi Guaçu. À direita: Tijolos de barro e as formas usadas nas indústrias. As peças estavam expostas no museu histórico e pedagógico Franco de Godoy. Após seu fechamento em 2020, as peças estão sendo mantidas na Secretaria de Cultura da cidade, juntamente com os artefatos arqueológicos, aguardando a inauguração de um novo museu. Fonte: Google fotos. Autor: Leonardo Custoldi Mariano, 2020.



As olarias estabelecidas em Mogi Guaçu nas primeiras décadas do século XX eram empreendimentos de pequeno porte, muitas vezes familiares, com métodos de produção manual ou semiartesanal. Nessas unidades, o barro era retirado diretamente dos barrancos ou várzeas próximas aos cursos d'água, moldado em formas simples e seco ao sol antes, de ser levado aos fornos (Galon, 2024).

As olarias não apenas transformaram a paisagem física da cidade, mas também a organização social e econômica local. Funcionavam como núcleos de aprendizado informal, em que o saber técnico era transmitido por meio da oralidade e da prática cotidiana. Jovens aprendiam o ofício com os mais velhos, criando um elo intergeracional em torno do trabalho com o barro. Essas relações consolidaram redes de vizinhança, solidariedade e pertencimento territorial, sendo as olarias espaços de convivência, resistência e reprodução cultural (Galon, 2024).

A inserção dessas unidades produtivas nos bairros periféricos ou em zonas de transição rural-urbana reforçou sua função como mediadoras do crescimento urbano. À medida que a cidade se expandia, as olarias iam sendo incorporadas ou deslocadas, acompanhando as dinâmicas de ocupação do solo. Muitas vezes, os próprios oleiros forneciam materiais para os loteamentos emergentes, atuando como agentes formadores da malha urbana. No entanto, mantinham uma lógica territorial forte: o barro era extraído, moldado, queimado e consumido no mesmo território, estabelecendo uma economia circular que reforçava os vínculos entre natureza, técnica e habitação.

Embora inseridas em um circuito produtivo local, as olarias de Mogi Guaçu mantinham intercâmbios com outras cidades do entorno, como Mogi Mirim, Itapira, Aguaí e Estiva Gerbi, seja por meio da circulação de trabalhadores especializados ou pelo comércio de tijolos e telhas. Essa circulação de saberes e produtos contribuiu para a constituição de um repertório técnico comum entre as cidades da região, moldando um “modo de fazer” característico da cerâmica do interior paulista. A construção de estruturas fabris e de habitações em tijolo cozido se espalhou e a técnica da alvenaria autoportante substituiu a taipa, ganhando espaço nos ainda pequenos centros urbanos.

De acordo com Galon (2024), apesar do avanço da industrialização ceramista nas décadas seguintes, é notável a permanência simbólica e material das antigas olarias no imaginário mogiano. Muitas famílias ainda reconhecem, em seus sobrenomes, ofícios ou lembranças afetivas dos vínculos com a produção artesanal de tijolos e



telhas. Restos de fornos, chaminés baixas e valas de extração de barro ainda podem ser identificados em bairros como Chácaras Alvorada, Jardim Ypê e região da Estrada Municipal Vicente Ortiz de Camargo, configurando marcas de uma paisagem em transformação.

Esses vestígios, ainda que por vezes apagados pela urbanização, carregam densidade simbólica. Expressam modos de vida baseados na manualidade, no conhecimento empírico e no vínculo profundo com o território. O reconhecimento dessas olarias como parte do patrimônio cultural mogiano é importante para a revalorização das paisagens do trabalho e da cultura material local. No entanto, a partir do período industrial, essas práticas passaram por transformações profundas. A mecanização e a produção em escala alteraram, não apenas os processos produtivos, mas também as relações sociais e a identidade vinculada ao trabalho artesanal, promovendo uma ruptura que se refletiu diretamente na paisagem urbana e cultural da região.

A Lógica Industrial e a Descontinuidade das Tradições

A partir da década de 1950, inicia-se um processo de industrialização da cerâmica no município, com a fundação de fábricas que adotavam maquinário, linhas de produção e estruturas mais robustas, como chaminés, galpões e pátios de secagem. Empresas como a Cerâmica Martini, a Moji Guaçu, a São José Guaçu e a Chiarelli simbolizaram esse salto tecnológico e econômico. Com forte inserção no mercado da construção civil, essas indústrias passaram a operar em escala regional, empregando grande parte da população local e provocando transformações significativas na paisagem urbana e no entorno dos rios. Ao concentrar os processos de extração, fabricação e distribuição, o setor consolidou Mogi Guaçu como importante polo ceramista paulista até seu declínio, no início dos anos 2000, marcado pela desativação de fornos e abandono de estruturas fabris. (Galon, 2024)

As fábricas ceramistas de médio e grande porte se distinguiram das olarias artesanais não apenas pela escala de produção, mas por uma mudança estrutural na lógica produtiva. A introdução de maquinários para extrusão, corte e prensa de peças padronizadas permitiu maior produtividade e redução de custos, ao mesmo

Figura 12 - Vestígios materiais de uma antiga olaria na paisagem mogiana, identificados pela autora durante pesquisa de campo. Embora a identificação definitiva ainda não esteja concluída, há indícios de que se trate da antiga olaria 'Cataguá'. Fonte: Fotos da autora, 2025.



Figuras 13, 14 e 15 - Vestígios do forno de uma antiga olaria na paisagem mogiana, identificados pela autora em pesquisa de campo. As evidências revelam um saber técnico refinado, baseado no uso da argila local. Há indícios de que se trate da antiga olaria 'Cataguá', embora a identificação ainda não esteja concluída. Fonte: Fotos da autora, 2025.

tempo em que homogeneizava o produto final. O uso de fornos contínuos ou do tipo Hoffman, com queima controlada, tornou possível o atendimento a grandes demandas urbanas por blocos cerâmicos, telhas, pisos e, posteriormente, revestimentos (Galon, 2024).

A localização das indústrias, em geral próximas às áreas de extração, mantinha uma lógica territorial de abastecimento local, mas em escala ampliada. De acordo com a pesquisa de Spiller (2023), a proximidade com a linha férrea e com os eixos rodoviários permitia o escoamento da produção para outras cidades do interior e até para regiões metropolitanas. Essa conexão logística integrou Mogi Guaçu à cadeia produtiva da construção civil paulista, transformando o município em referência no fornecimento de materiais básicos para obras residenciais e comerciais. Galon (2024)

Além do impacto visual, a atividade industrial moldou os ritmos sociais e econômicos do município. O cotidiano das famílias era estruturado pelos turnos de trabalho, e muitos moradores se identificavam como parte de um “cinturão ceramista”, seja como operários, fornecedores de lenha, motoristas, mecânicos ou trabalhadores da manutenção (Galon, 2024). A cerâmica industrial não apenas construiu paredes: construiu modos de vida, estruturas comunitárias e um sentimento de pertencimento coletivo. Mesmo com a ruptura entre os modos de produção artesanal e industrial, elementos simbólicos e culturais da cerâmica tradicional se mantiveram vivos por meio da transmissão intergeracional dos saberes, ainda que de forma adaptada, fragmentada ou silenciosa.

Apesar da distância entre os processos industriais e os modos tradicionais de produção, é possível reconhecer a permanência de certos gestos, saberes e vínculos com o barro, que resistiram sob outras formas. Muitos operários ingressaram nas fábricas a partir de experiências prévias com a cerâmica artesanal, herdadas de pais, avôs ou vizinhos e, mesmo dentro da lógica fabril, conservaram traços dessas práticas em sua relação com o material. A continuidade não está apenas nos objetos produzidos, mas nos modos de compreender, manipular e respeitar o barro como matéria viva do território. Assim, ainda que fragmentada, a memória técnica tradicional foi sendo transmitida no interior das fábricas, fazendo coexistir diferentes camadas temporais de conhecimento.

No entanto, o advento da produção industrial também implicou o distanciamento progressivo entre técnica e território. Ao padronizar processos e ampliar a escala produtiva, as fábricas deixaram de lado os saberes vernaculares que haviam sustentado a prática ceramista por décadas. As práticas artesanais passaram a ser vistas como arcaicas ou ineficientes, e os oleiros tradicionais foram gradualmente substituídos por operários especializados em tarefas fragmentadas. Essa ruptura resultou na invisibilização de práticas culturais profundamente enraizadas. O barro, antes reconhecido como substância simbólica conectada ao fazer e ao habitar, passou a ser apenas insumo industrial. O território deixou de ser referência direta do conhecimento técnico, assumindo o papel de fornecedor de matéria-prima bruta. Essa transformação epistêmica marca uma virada no modo como o saber técnico se relaciona com o lugar.

A partir dos anos 1990, a crise do setor ceramista começou a se delinear, acentuando-se no início dos anos 2000. A combinação de fatores como exaustão dos recursos locais, concorrência com grandes indústrias automatizadas, pressão ambiental e mudanças nas normas técnicas provocou o fechamento gradual de unidades produtivas. Estruturas antes vibrantes foram abandonadas, e com elas os empregos, os vínculos comunitários e parte da identidade local.

As chaminés deixadas para trás, os galpões em ruínas e os buracos de lavra transformados em vazios urbanos ou depósitos de resíduos denunciam um processo de desindustrialização silenciosa, ainda pouco compreendido em suas dimensões sociais e culturais. Esses remanescentes, no entanto, guardam a potência de narrar a história do território, de reconstituir a memória de um tempo em que o barro sustentava não apenas construções, mas vínculos de pertencimento e continuidade cultural.

Considerações finais

A valorização dos saberes tradicionais e o uso consciente dos materiais disponíveis no próprio território reforçam a identidade cultural, a memória coletiva e o sentimento de pertencimento dos habitantes, ao mesmo tempo em que reativam o respeito pelo espaço habitado. Assim, o cuidado com a paisagem não se dá apenas como proteção do meio físico, mas como expressão de um vínculo afetivo, ético e social, fundamental para garantir a continuidade dos modos de vida das gerações futuras.

Figura 16 - Chaminé de antiga olaria em Mogi Guaçu. Localizada na Estrada Municipal Vicente Ortiz de Camargo. A identificação da olaria ainda não foi confirmada, permanecendo em aberto até a conclusão da pesquisa. Fonte: Fotos da autora, 2025..



Apesar do processo de desindustrialização que atingiu o setor ceramista mogiano nas últimas décadas, a produção cerâmica ainda se manifesta no território, ainda que sob outras formas e escalas. Essas iniciativas, muitas vezes invisibilizadas pelas políticas públicas e pelas dinâmicas de mercado, revelam uma permanência simbólica da relação entre o território, o material e o fazer.

Retomar a conexão entre a produção cerâmica e o território implica, mais do que resgatar técnicas tradicionais, restabelecer vínculos sensíveis com o rio, com a argila e com os saberes herdados. O barro, como elemento geológico e simbólico, carrega consigo não apenas propriedades físicas, mas memórias coletivas, práticas culturais e modos de vida que marcaram gerações. Ao revalorizar essas práticas e reconhecer sua importância para a identidade local, abre-se espaço para formas de reconexão com o ambiente e de valorização da paisagem como expressão cultural.

A retomada da produção artesanal, articulada ao conhecimento técnico tradicional, pode constituir um caminho fértil para o fortalecimento de vínculos comunitários e para a construção de estratégias de pertencimento territorial. Além de representar uma alternativa de valorização cultural e econômica, essa reconexão pode ser compreendida como prática de respeito às especificidades do lugar — às suas camadas geológicas, históricas e simbólicas — e como possibilidade de construção de um legado intergeracional. Ao permitir a continuidade desses saberes em novas gerações, favorece-se não apenas a transmissão cultural, mas também uma forma ampliada de sustentabilidade, ancorada no reconhecimento do território como espaço vivido, compartilhado e significativo.

Referências

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Cultura popular brasileira*. São Paulo: Melhoramentos; MEC, 1973.

ASSUMPÇÃO, Rodrigo Vitorino. *A formação das identidades urbanas em São Luís do Paraitinga e Bananal: patrimônio arquitetônico e religioso*. 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2008.

CERVINI, Esther Aparecida. *Um lugar sulfuroso: paisagem e subjetividade em Poços de Caldas*. 2020. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020.

CORDOVA, Vitor Sartori. *Casa, mundo, quintal: ser-arquitetura-da-arquitetura no modo de vida caipira*. 2018. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1993. (Cadernos de Pesquisa).

DIEGUES, Antonio Carlos (org.). *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. São Paulo: NUPAUB – USP; PROBIO – MMA; CNPq, 1999.

GALON, Keila. *Cerâmica e identidade: o lugar do barro na formação da paisagem mogiana*. 2024. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2024.

HEIDEGGER, Martin. *Construir, habitar, pensar*. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. In: HEIDEGGER, M. *Vortäge und Aufsätze*. Pfullingen: G. Neske, 1954.

MORAES, C. A. *Arqueologia Tupi no nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefactual*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORAIS, José Luiz. Salvamento arqueológico na área de influência da PCH-Moji-Guaçu. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 5, p. 77–98, 1995.

NEME, Mário. *Dados para a história dos índios caiapós*. São Paulo: Museu Paulista, 1969. (Separata do Tomo XXIII dos Anais do Museu Paulista).

NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Maria. A cerâmica paulista: cinco séculos de persistência de práticas Tupiniquim em São Paulo e Paraná, Brasil. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 701–742, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-49442019v25n3p701>.

Figura 17 - Fachada da Cerâmica Martini em Mogi Guaçu, na década de 1950. Fonte: Gazeta Guaçuana, 2024. Figura 18 - Fachada da antiga Cerâmica Martini no contexto atual de Mogi Guaçu. Fonte: Foto da autora, 2025.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Architecture: presence, language, place*. Milan: Skira, 2000.

PALLESTRINI, Luciana. Cerâmica há 1.500 anos: Moji-Guaçu, Estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, São Paulo, v. XXVIII, 1981/1982.

RIBEIRO, D. *Datação por carbono-14*, Rev. Ciência Elem., V3(4):230, 2015.

SCHEUER, Herta Loel. *Estudo da cerâmica popular do Estado de São Paulo*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual de Cultura, 1976.

SOUZA, Adelita Araújo de. *Lógica de organização territorial Guarani e as sobreposições produzidas pelos processos de urbanização*. 2016. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2016.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2012.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: Eduel, 2013.